



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Fluxo de Informação na Seção de Finanças de uma Unidade Militar: A Percepção dos seus Usuários

Derik Harisson Leite da Silva

Mestrando em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFPB

Simone Bastos Paiva

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Paraíba
Professora do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPB

RESUMO

Este artigo tem como foco o usuário interno das informações contábeis em uma instituição militar, com o intuito de compreender seu interesse pelos aspectos financeiros de sua corporação, no que tange aos recursos disponíveis para as atividades institucionais e para a manutenção e melhoria das condições de trabalho. Assim, tem-se por objetivo investigar o interesse dos usuários internos (bombeiros militares) na busca e no acesso às informações financeiras em sua unidade militar. Para tanto, realizou-se um levantamento de campo (*survey*), aplicando-se um questionário a 143 servidores públicos (60,34% da população) lotados no 2º Comando Regional de Bombeiro Militar (2º CRBM), situado no estado da Paraíba. Adicionalmente, realizou-se uma pesquisa documental para coletar informações publicamente acessíveis relativas às funções administrativas e aos recursos financeiros gerenciados pela seção de finanças da unidade militar pesquisada (o Corpo de Bombeiros). Verificou-se que apenas 25,71% dos servidores militares pesquisados conhecem a estrutura administrativa da unidade onde trabalham, 55,4% deles responderam que não conhecem os procedimentos aplicados aos processos de compra de material e contratação de serviços realizados pela seção de finanças. Os resultados também indicaram que 51,09% dos pesquisados raramente buscam informações sobre a seção de finanças, o que sugere uma deficiência de conhecimento acerca da estrutura organizacional e do fluxo de informações dessa seção pelos usuários internos, o que provoca uma compreensão limitada das atividades desenvolvidas na unidade e das ferramentas de promoção da transparência nos gastos públicos. Constatou-se, também, certo conflito entre o baixo interesse dos pesquisados na busca de informações financeiras e a insatisfação no que se refere à transparência das informações.

Palavras-chave: Fluxo informacional. Gastos públicos. Bombeiro militar.



1 INTRODUÇÃO

A melhoria na qualidade dos gastos públicos é um tema cuja importância vem crescendo ao longo do tempo, principalmente a partir do início dos anos 1980 (Lopes, 2009). Para tanto, há mecanismos de prestação de contas na área pública que têm estreita relação com a alocação das verbas públicas, que deve ser monitorada de modo que o gerenciamento das instituições públicas seja aperfeiçoado. O acompanhamento é necessário para se conseguir melhorar os gastos públicos e ampliar os benefícios sociais com o investimento dos recursos oriundos da arrecadação de impostos.

Nesse contexto, o aperfeiçoamento nos fluxos da informação, através de uma gestão da informação, é uma ferramenta importante para a administração pública, porque, com a redução da assimetria informacional, os gestores terão elementos informacionais confiáveis, que os auxiliarão no processo de tomada de decisão, e os usuários internos e os externos poderão acompanhar, com transparência, o desempenho das instituições.

O direito ao acesso às informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas foi regulamentado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2001, que dispõe, dentre as ferramentas que devem ser utilizadas pelas instituições públicas para divulgar as informações de interesse coletivo, sobre a obrigatoriedade do uso de sítios na internet (Brasil, 2011). Os usuários da informação pública são segregados em dois grandes grupos: os externos (a população como um todo) e os internos (formados pelos servidores da própria instituição).

Este artigo tem como foco o usuário interno de uma instituição militar, que desempenha a função de bombeiro militar em três unidades de segurança pública no estado da Paraíba, com o intuito de conhecer seu interesse pelos aspectos financeiros de sua corporação, no que tange aos recursos disponíveis para as atividades institucionais e para a manutenção/melhoria das condições de trabalho. A questão que se pretende responder é: **Qual é o interesse do bombeiro militar da Paraíba na busca e no acesso às informações financeiras de sua unidade militar?**

Para responder a essa questão, tem-se como objetivo geral investigar o interesse dos usuários internos (bombeiros militares) pela busca e pelo acesso às informações financeiras de sua unidade militar, situada no estado da Paraíba.

As discussões acerca de aspectos da gestão da informação nas organizações são recentes, e no contexto militar, onde o número de trabalhos acadêmicos realizado é reduzido, esse tema ainda é pouco explorado. Assim, considera-se importante a pesquisa, devido à possibilidade de revelar aspectos do fluxo informacional que possam ser aprimorados e contribuir para que a aplicação dos recursos públicos seja mais eficiente e para que as políticas públicas na área de segurança pública sejam eficazes, o que é primordial para a paz na sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, discorre-se sobre a gestão da informação e o acesso à informação na área pública.

2.1 Gestão da Informação

As relações comerciais e pessoais contemporâneas se desenvolvem em um cenário bem interconectado, onde o fluxo de informações é intenso. Porém, barreiras e dificuldades também estão presentes, razão por que são necessários padrões e procedimentos para que essa dinâmica informacional seja eficiente.

O Manual de Gestão de Serviços de Informação (1997) caracteriza a atividade de gestão como um conjunto de processos que engloba atividades de planejamento, organização, direção, distribuição



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

e controle de recursos de qualquer natureza, visando racionalizar e efetivar determinado sistema, produto ou serviço. Segundo Ponjuán Dante (1998), a gestão da informação deve incluir, estratégica e operacionalmente, mecanismos de obtenção e utilização de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos para o gerenciamento da informação e, logo em seguida, essa mesma informação deverá ser viabilizada como insumo estratégico para indivíduos, grupos e organizações.

Marchiori (2002) assevera que, no Brasil, um dos enfoques dos estudos da gestão da informação é o enfoque tecnológico, em que a informação é tratada como um recurso a ser otimizado através das ferramentas de um sistema de informação (hardware, software e redes de telecomunicações). Esse é o enfoque adotado neste artigo.

Um sistema de informação (SI) é “todo e qualquer sistema que tem informações como entrada, visando gerar informações de saída” (Melo, 2006, p. 30). Isso posto, um sistema de informação engloba entradas, na forma de dados, e saídas, na forma de relatórios quantitativos e/ou qualitativos. Compõe-se, portanto, de coleta, processamento, armazenamento, análise e disseminação de informações para o usuário ou outros sistemas.

As organizações têm uma necessidade evidente de um sistema de informação moderno, capaz de produzir informações de maneira rápida e precisa, com uma interação eficiente entre máquinas e pessoas e habilitado para armazenar e acessar, em tempo hábil, um grande volume de dados, para que seja uma ferramenta útil e competitiva.

A tecnologia da informação (TI) é um dos pilares para o funcionamento de um sistema de informação, porque tem um papel fundamental no fluxo informacional e na comunicação organizacional. Os avanços tecnológicos asseguram a coleta, o armazenamento, o processamento, a disponibilização e a disseminação de informações em tempo hábil. Segundo Bergeron (1996), a informação passa a ser reconhecida como qualquer outro recurso organizacional (financeiro, humano e material), que requer um gerenciamento para que a entidade melhore seu desempenho. O gerenciamento eficaz da informação exerce influência na qualidade das decisões tomadas pelos gestores, por isso as organizações devem estabelecer os mecanismos necessários para melhorar a disponibilidade e a relevância desse recurso e torná-lo suficiente para resolver os problemas (Alvarenga Neto, 2005).

Davenport (1998) adverte que o que falta nas organizações não é a informação, já que ela está em todo lugar. Há uma carência de ferramentas, inclusive tecnológicas, que possam criar uma sinergia entre as fontes internas e externas de informação organizacional. Convém ressaltar que a tecnologia é apenas um recurso importante na gestão, no contexto do processamento, para entregar a informação certa às pessoas certas no tempo certo. A revolução tecnológica trouxe mudanças organizacionais na área pública, tanto na prestação dos serviços quanto na promoção da transparência. Assim, a TI contribui para efetivar as ações governamentais, ao facilitar o acesso público às informações e melhorar a quantidade e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Se, de um lado, diariamente, os contribuintes e os usuários dos serviços públicos reforçam a compreensão de que os impostos pagos não têm contrapartida equivalente aos serviços ofertados pelo Estado (Bezerra, 2008), também há um movimento pela adoção de práticas gerenciais na administração pública, que visa estabelecer medidas de desempenho e controle nos gastos públicos, com reformas administrativas focadas na qualidade do gasto público, assim como em mudanças institucionais e de gestão (Bresser-Pereira, 1998).

Lopes (2007) afirma que, em sociedades democráticas e na atual sociedade da informação, o direito de acesso à informação e de conhecimento das atividades governamentais passou a ser importante porquanto a informação tem se tornado um recurso indispensável para o cidadão.



2.2 Acesso à informação na área pública

Com os avanços tecnológicos, as TI têm uma grande capacidade de armazenar e processar dados. Isso possibilita a organização e o cruzamento de dados/informações, que são indispensáveis para uma análise mais precisa dos resultados de políticas públicas (Sturges, 2004).

No que tange à transparência, a internet é um exemplo de o quanto a TI vem auxiliando nesse processo, devido a mais facilidade no acesso às informações financeiras (receitas e despesas) e orçamentárias das entidades públicas. Nesse sentido, a utilização dos meios tecnológicos pela gestão pública contribui para fortalecer a governança e promover o controle social, a participação cidadã e, consequentemente, a transparência.

Alguns autores destacam o cenário favorável à transparência através das novas tecnologias (Pinho, 2008; Welp, 2007; Prado & Loureiro, 2006). Entretanto, cabe também ao governo implementar políticas que promovam e estimulem o acesso das pessoas a fóruns de discussões e participação democrática, assim como às prestações de contas das instituições. De acordo com Lopes (2007, p. 13), “a vertente mais antiga e conhecida da promoção do acesso à informação pública com vistas à melhor alocação dos recursos públicos” está ligada aos programas de combate à corrupção. O acesso à informação pública, além dos aspectos relacionados à corrupção, ganha importância para o desenvolvimento de alocações mais efetivas das verbas públicas (Turle & Hordern, 2005). A limitada influência da população na destinação dos recursos pelos gestores, devido à assimetria informacional, dificulta a identificação das necessidades e afeta o acompanhamento das ações e do desempenho da gestão.

As organizações, norteadas por alguma forma de planejamento estratégico, com objetivos e metas definidos, requerem um acompanhamento para otimizar suas ações, normalmente baseado na coleta e análise de informação acerca dos resultados e/ou impactos dos programas realizados (Rua, 2000). Portanto, ressalta-se a importância do fluxo das informações no processo de análise do desempenho da gestão.

Na área pública, essas informações tanto servirão para os gestores no processo decisório, na correção ou ratificação de práticas gerenciais como serão valiosas para os órgãos de controle e os usuários dos serviços públicos interessados na aplicação dos recursos. Lopes (2007, p. 23) refere que “o acesso à informação pública melhora a qualidade dos mecanismos de monitoramento e de avaliação de políticas públicas, aumentando, consequentemente, a efetividade dos gastos públicos e gerando melhor alocação de recursos”.

Nesse cenário informacional emergente, entrou em vigor a Lei nº 12.527/2011, de 16 de maio de 2012, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamentou o direito previsto na Constituição Federal/1988 e criou mecanismos para possibilitar a qualquer pessoa, física ou jurídica, o acesso às informações públicas dos órgãos e entidades, sem que seja preciso apresentar motivos (Brasil, 2011).

Embora, em outros instrumentos normativos existentes, fosse prevista a divulgação de informações de interesse público, a LAI foi responsável por abranger, nessa obrigatoriedade, o conjunto de órgãos e entidades da administração e por definir, detalhadamente, os critérios e os procedimentos mínimos a serem adotados nesse processo de promoção da transparência. Essa regulamentação tem a finalidade de restringir a discricionariedade dos gestores ao interpretarem a abrangência e as condições de aplicação desse direito (Gomez, 2015). A norma determina as particularidades a serem atendidas pelos meios de divulgação e estabelece uma quantidade mínima de dados comuns aos diferentes órgãos, independentemente de suas atribuições e do setor de operação. De acordo com Bento (2015), tal enquadramento permite condições mínimas de



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

previsibilidade processual e padronização dos prazos para a análise dos requerimentos de acesso às informações.

No governo federal, a LAI foi regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, que, em seu Art. 8º, § 3º, incisos I a VIII, determina que os entes públicos disponham de sítios oficiais na internet que cumpram os seguintes critérios: conter formulário para pedido de acesso à informação; conter ferramentas de pesquisa de conteúdo eficientes; possibilitar a gravação de relatórios em vários formatos; permitir o acesso automatizado por sistemas externos; divulgar detalhadamente os formatos utilizados para estruturar a informação; garantir autenticidade, integridade e atualização das informações tornadas públicas; indicar formas de comunicação entre o interessado e o órgão ou entidade detentora do sítio e garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência (Brasil, 2012).

Foi nesse contexto normativo e tecnológico de acesso à informação na área pública em que se desenvolveu este estudo, com o intuito de discorrer sobre o fluxo da informação de natureza financeira em uma unidade militar, a partir da percepção dos agentes envolvidos nesse processo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois tem como propósito descrever as características de determinado fenômeno. Quanto aos procedimentos utilizados na coleta dos dados, trata-se de uma pesquisa de levantamento de campo (*survey*) (Gil, 2008). De acordo com Pinsonneault e Kraemer (1993), nesse tipo de pesquisa são obtidos dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, representativo de uma população, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente, um questionário.

O levantamento dos dados foi feito através da aplicação, *in loco*, de um questionário, cujas perguntas foram divididas em dois grupos. Na primeira parte, foi analisado o perfil dos pesquisados por meio de sete perguntas sobre gênero, idade, formação acadêmica, posto ou graduação, tempo de serviço, unidade onde presta serviço e o setor funcional em que atua; a segunda parte envolveu 12 quesitos voltados para investigar e avaliar o fluxo da informação financeira na Instituição. De modo complementar, realizou-se uma pesquisa documental para coletar informações publicamente acessíveis relativas às funções administrativas e aos recursos financeiros gerenciados pela seção de finanças da unidade militar pesquisada (o Corpo de Bombeiros).

Compõem a estrutura organizacional da unidade militar pesquisada as Divisões de Gestão Financeira e de Apoio Administrativo (Figura 1), que são organizadas para a consecução dos processos administrativos e operacionais das unidades operacionais, que devem planejar, organizar, supervisionar, coordenar e articular a sistematização, a padronização e a integração das atividades de prevenção e combate a incêndios, salvamentos e atendimento pré-hospitalar. Porém esta pesquisa se limitou a avaliar as atividades da seção de finanças (subunidade da Divisão de Gestão Financeira), com sede na cidade de Campina Grande – PB, que, por meio de suas subseções, executa as ações relacionadas às diversas atividades financeiras, como empenho, liquidação, despesa e pagamentos (Portaria nº 024/2016-GCG/QCG).

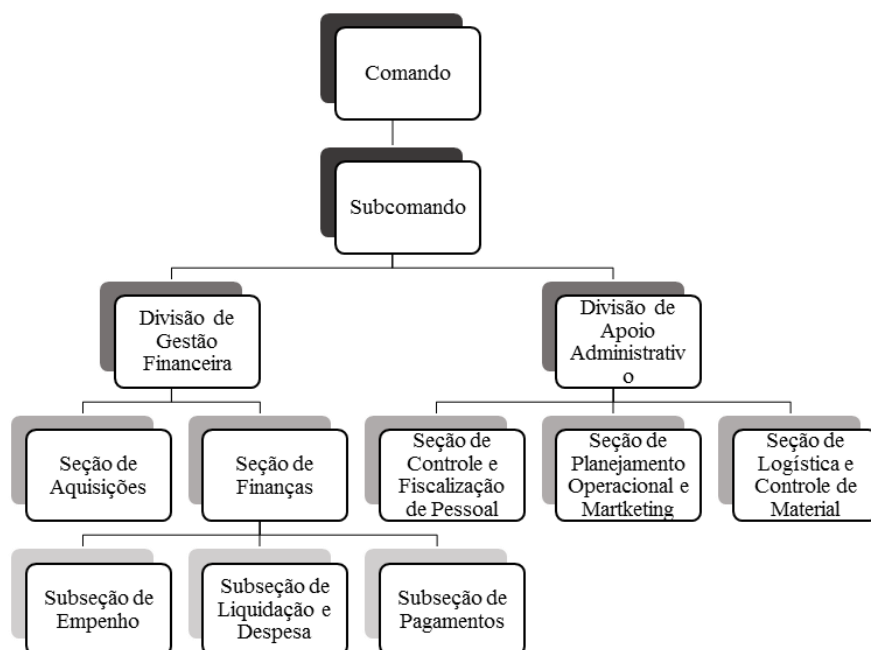


Figura 1. Estrutura Organizacional dos Comandos Regionais
Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A população-alvo foi formada de 263 bombeiros militares integrantes do 2º Comando Regional de Bombeiro Militar do Estado da Paraíba (2º CRBM), com sede na cidade de Campina Grande, e a amostra não probabilística foi formada pelos sujeitos que estavam disponíveis para responder ao questionário durante as visitas realizadas pelo pesquisador às unidades militares. Logo, foram respondidos 143 questionários, o que representa um percentual de 60,34% da população total ajustada (237), após a retirada de 26 servidores que se encontravam de férias ou afastados por licença médica no período da coleta.

Para organizar os dados do questionário, recorreu-se a uma planilha eletrônica e calculou-se a medida de estatística descritiva – frequência relativa – para identificar a tendência das respostas dos pesquisados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados em duas etapas: primeiramente, analisa-se o perfil dos pesquisados; em seguida, os dados referentes ao fluxo da informação financeira na organização. Do total de questionários aplicados (143), três foram descartados por apresentarem várias respostas incompletas, portanto, restou uma amostra de 140 pesquisados.

4.1 Perfil dos pesquisados

Dentre os participantes, 96,5% são do sexo masculino, e apenas 3,5%, do sexo feminino, uma característica predominante nas repartições militares que, durante muitos anos, não permitiam mulheres em seu efetivo. A faixa etária de maior representação foi a de 26 a 35 anos de idade, com 32,86%, seguida pela de 36 a 45 anos (30,71%) e de 46 a 55 anos (30%). Apenas 5,72% têm entre 18 e 25 anos, e 0,71% apresentam idade superior aos 55 anos. Vê-se, assim, uma distribuição regular entre as três principais faixas etárias.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

A formação acadêmica predominante entre os pesquisados é o nível médio (2º grau), com 56,4% das respostas, uma vez que esse é o requisito mínimo exigido para integrar o quadro da instituição; 36,4% dos participantes têm nível superior de ensino, somando-se os graduados e os pós-graduados. Os demais (7,2%) representam militares cujos ingressos ocorreram antes do atual regulamento.

Os pesquisados são, predominantemente, praças (90,23%), distribuídos nas funções de subtenentes, sargentos, cabos e soldados. Os demais (9,77%) são oficiais das unidades militares estudadas. Em relação ao tempo de serviço na Instituição, a pesquisa mostrou que 33,8% dos militares têm mais de 24 anos de serviços prestados, evidenciando conhecimento dos processos da Instituição; 18,38%, menos de seis anos de serviços; 27,94%, entre seis e 12 anos, e 19,88%, distribuídos entre 12 e 24 anos efetivos. Por fim, verificou-se que 68,35% dos participantes atuam no setor operacional, e 31,65% estão lotados no setor administrativo.

4.2 Fluxo de informação na Instituição

Nesta seção, apresentam-se os resultados obtidos sobre a percepção dos pesquisados sobre o fluxo da informação financeira na Instituição. Inicialmente, verificou-se que apenas 25,71% dos servidores militares conhecem a estrutura administrativa da unidade onde trabalham; 45,71% disseram que conhecem a estrutura de maneira parcial, e 28,57% desconhecem totalmente a estrutura organizacional do comando regional.

Dentre os servidores que atuam no setor administrativo, 50% conhecem a estrutura, e os que atuam nas atividades operacionais - 14,58% - afirmaram que conhecem a estrutura administrativa de sua unidade militar. Tal constatação se deve ao maior contato dos funcionários administrativos com as normas e os regulamentos emitidos pelas unidades superiores, o que os ajuda a compreender bem mais os processos e as rotinas da Instituição.

Quando questionados sobre se conheciam os procedimentos necessários para os processos de compra de material ou contratação de serviços realizados pela seção de finanças, 55,4% dos pesquisados responderam que não os conhecem; 10,07% conhecem, e 34,53% conhecem em parte tais procedimentos. No que se refere ao conhecimento sobre os procedimentos que são feitos para solicitar e pagar diárias, a maioria dos respondentes (51,08%) afirma desconhecer, 24,46% conhecem, e 24,46% responderam “em parte”.

Ao serem perguntados sobre o fluxo de informações na seção de finanças, 35,29% dos pesquisados indicaram que nunca recebem as informações sobre os recursos financeiros disponíveis para sua unidade; 41,18% raramente as recebem; 18,38% recebem regularmente, e 5,15% somados entre frequentemente e muito frequentemente. Sobre o andamento dos processos de compra de material, contratação de serviços ou solicitações de diárias, 85,29% dos participantes declararam que raramente ou nunca (somados) receberam essas informações; os demais assinalaram entre regularmente (11,76%), frequentemente (1,48%) e muito frequentemente (1,47%) nessa questão.

O estudo mostrou que 51,09% dos pesquisados raramente buscam informações na seção de finanças, 35,77% nunca o fizeram, 8,76%, regularmente, e apenas 4,38% o fazem com mais frequência (soma de “frequentemente” e “muito frequentemente”). Nesse mesmo sentido, quando indagados acerca do acesso às informações geradas nesta seção, os resultados foram estes: 44,2% - dentre os 59 respondentes que alegaram dificuldade para obter as informações - não têm interesse em buscar essas informações. Outros dois motivos destacados foram a não divulgação das informações (29,41%) e as barreiras hierárquicas impostas pelo militarismo (26,39%). As dificuldades impostas pela hierarquia decorrem, em parte, do regulamento disciplinar das instituições militares que limitam



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

as relações interpessoais no ambiente de trabalho e dificultam o processo de compartilhamento da informação.

Os pesquisados também foram questionados sobre a melhor ferramenta para ter acesso a informações financeiras da unidade. Os resultados desta questão apontaram que 31,68% preferem a formatura geral (reuniões com a tropa) como o principal canal para ter acesso às informações financeiras; 29,81%, o sítio eletrônico da corporação; 28,57%, os boletins de comunicação interna (disponíveis em sítio eletrônico); 6,83% optaram pelo e-mail e 2,14% sugeriram expor tais informações em quadros (murais) informativos na unidade. Os demais - 1,42% - sugeriram outras redes sociais. A maioria das respostas (68,32%) desse quesito refere-se a ferramentas que utilizam a tecnologia da informação para facilitar o acesso a informações.

Também se procurou saber se os pesquisados estavam satisfeitos com a transparência na divulgação de informações sobre os recursos financeiros. Os resultados apontaram que 45,19% se consideram parcialmente satisfeitos, 40% não estão satisfeitos e apenas 14,81% estão satisfeitos.

Por fim, quando indagados a respeito das medidas que poderiam ser adotadas para melhorar a comunicação da seção de finanças com a corporação, 58,45% sinalizaram um nível maior de divulgação, ou seja, mais transparência das informações; 12,68% mencionaram a importância da participação do efetivo no planejamento das despesas, e 7,75% desejam mais esclarecimentos sobre as atividades empenhadas pela seção de finanças. Ainda dentro deste quesito; 7,04% se mostraram satisfeitos com o fluxo da informação, 4,52% sugeriram um período maior das divulgações; 2,43% reafirmaram a falta de interesse pessoal na busca por tais informações, e 7,13% alegaram não ter conhecimento ou não opinaram sobre melhorias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é um recurso essencial para a elaboração de estratégias organizacionais que permitam à instituição se manter competitiva e atuante (Teixeira Filho, 2000) e o processo de tomada de decisões requer que a organização gerencie estrategicamente o fluxo informacional (Cândido, Valentim & Contani, 2005).

Como já dito, o objetivo deste artigo foi o de investigar o interesse dos usuários internos (bombeiros militares) na busca e no acesso às informações financeiras de sua unidade militar, situada no estado da Paraíba.

Com base nas evidências empíricas aqui reunidas, há um déficit no fluxo de informações aos usuários internos pesquisados, que demonstraram pouca compreensão acerca da estrutura organizacional e das atividades desenvolvidas pela seção de finanças e uma deficiência no conhecimento referente às ferramentas disponíveis para a promoção da transparência nos gastos públicos. A participação dos servidores, usuários dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos financeiros, não deve ser negligenciada. Trata-se de um importante suporte informacional para o gestor tomar decisões que proporcionem uma melhoria no gasto público e na aplicação das verbas que, no caso em estudo, pode ser melhorado.

Constatou-se, também, certo conflito, pois, de um lado, os sujeitos pesquisados se interessam muito pouco pela busca de informações financeiras e, de outro, demonstram certa insatisfação no que se refere à transparência das informações. Por essa razão, a Instituição deve divulgar e estimular o acesso às informações pelos canais já existentes (por exemplo: o sítio do órgão e os portais de transparência), ao invés de investir na criação de mais uma ferramenta de divulgação, o que envolveria dispêndios financeiros.

Assim, consoante o que determina a LAI, recomenda-se a criação de um ponto de contato entre o usuário da informação e a Instituição, como um e-mail, especificamente, relacionado à



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

promoção de transparência, através do qual o usuário poderá encaminhar pedidos de acesso às informações desejadas. Essa forma de acesso, possivelmente, minimizará as barreiras hierárquicas no fluxo informacional, uma vez que elimina a necessidade do contato pessoal entre o requisitante e o requisitado envolvido.

Esta pesquisa se limitou ao estudo do fluxo informacional e do acesso de um grupo de usuários internos (bombeiros militares) às informações financeiras em uma corporação, todavia, não teve como foco a observância do atendimento da Instituição aos requisitos da LAI, o que pode ser tratado em outros estudos.

REFERÊNCIAS

Alvarenga Neto, R. C. D. (2005). *Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Bento, L. V. (2015). *Acesso a informações públicas: princípios internacionais e o direito brasileiro*. Curitiba: Juruá.

Bergeron, P. (1996). Information resources management. *Annual Review of Information Science and Technology* - ARIST, v. 31. p. 263-300.

Bezerra, R. A. R. (2008). *Incentivos para a promoção da qualidade do gasto público: fortalecendo o vínculo entre recursos e resultados*. Monografia apresentada ao Prêmio SOF (Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Brasília.

Bresser-Pereira, L. C., & Spink, P. K. (Org.). (1998). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Brasil. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011 (Edição Extra). Recuperado em 13 julho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.

_____. *Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012*. (2012). Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Recuperado em 13 julho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm.

Cândido, C. A., Valentim, M. L. P., & Contani, M. L. (2005, Junho). Gestão estratégica da informação: semiótica aplicada ao processo de tomada de decisão. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3.

Davenport, T. H. (1998). *Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Gomez, J. A. T. (2015). *A implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito da inteligência estratégica: os posicionamentos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)*. 2015. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro.

Lopes, C. A. (2007). Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos—literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. *Caderno de Finanças Públicas*, Brasília, n. 8, p. 5-40.

_____. (2007). Os impactos da transparência governamental na efetividade dos gastos públicos e na consolidação da democracia. *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, set. Universidade Positivo.

Manual de Gestão de Serviços de informação. (1997). Curitiba: TECPAR/Brasília: IBICT.

Marchiori, P. Z. (2002). A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago.

Melo, I. S. (2006). *Administração de sistemas de informação*. São Paulo: Pioneira.

Paraíba. Corpo de Bombeiros Militar. (2016). *Portaria nº 024/2016-GCG/QCG*. Altera o conteúdo da portaria nº GCG/017/2015 – CG de 28 de março de 2016, que aprova o Regulamento de Organização dos Comandos Regionais de Bombeiro Militar – CRBM. Recuperado em 14 julho, 2016, de <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/03/Diario-Oficial-31-03-2016.pdf>.

Pinsonneault, A., & Kraemer, K. L. (1993). *Survey research in management information systems: an assesment*. *Journal of Management Information System*, v.10, n.2, Autumn, p.75-105.

Pinho, J. A. G. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública (RAP)*, v. 42, n. 3, p. 471-93, maio/jun.

Ponjuan Dante, G. (1998). *Gestión de información en las organizaciones: principios, conceptos y aplicaciones*. Santiago: CECAPI.

Prado, O., & Loureiro, M. R. (2006). Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. *Revista Alcance*, v.13, n.3, p. 355-372.

Rua, M. das G. (2000). *Avaliação de políticas, programas e projetos: notas introdutórias*. Mimeo, 2000. Recuperado em 05 novembro, 2016, de https://jacksondetoni.files.wordpress.com/2014/05/texto-apoio-05-_-grac3a7as-rua.pdf.

Sturges, P. (2004). Corruption, transparency and a role for ICT? *International Journal of Information Ethics*, n. 2.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Teixeira Filho, J. (2000). *Gerenciando conhecimento*. Rio de Janeiro: SENAC.

Turle, M., & Hordern, V. 2005. *Introduction to freedom of information act*. Computer Law & Security Report, n.21.

Welp, Y. (2007). Democracia y fractura digital en América Latina. *Conferencia Internacional Democracia directa en América Latina*, Buenos Aires, Argentina, 14-15 de marzo de 2007.